

Câmara aprova rolagem de dívidas estaduais

A Câmara aprovou ontem, em votação simbólica, o projeto de lei de refinanciamento das dívidas dos estados e municípios com órgãos e entidades federais. O projeto foi aprovado por um acordo de lideranças partidárias. Os estados e municípios devem US\$ 20,6 bilhões à União. O principal benefício do Governo é voltar a receber o pagamento das dívidas. Atrasados há vários anos, os pagamentos praticamente deixaram de ser depositados nos últimos 24 meses pela maioria das unidades da Federação.

Antes de o projeto se transformar em lei é necessária a aprovação do Senado e, depois, a sanção presidencial. Segundo o deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), relator da matéria, os senadores deverão aprovar em pouco tempo o projeto. Para o deputado, a receita dos esta-

dos será considerada garantia do pagamento da dívida. "Isso permite a certeza de que não haverá novas inadimplências", resumiu o parlamentar.

O Senado, através de uma resolução, deverá fixar o índice de comprometimento da dívida contratual dos estados e municípios com as instituições financeiras. As negociações, até aqui, revelaram três tendências: 11%, como quer a União; 7%, como pedem os governadores, e 9%, como propõe o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Rigotto aposta que a tendência é aprovar um limite variável. De qualquer jeito, por determinação de dispositivo constitucional, são os senadores que devem decidir o índice de comprometimento.